

# Construtoras vão pagar por obras de reforço no Engenhão - Esportes - Estadão

Reforma começou nesta segunda-feira; estádio ficará fechado pelo menos até novembro de 2014

TIAGO ROGERO,  
Agência Estado

01 Julho 2013 | 18h12

RIO - Mesmo sem ter sido apontado pela Prefeitura do Rio como o culpado pela interdição, o consórcio [Engenhão](#), formado pelas construtoras Odebrecht e OAS, aceitou pagar a conta das obras de reforço na cobertura do Estádio Olímpico João Havelange. O grupo informou que vai procurar ser indenizado pelas empresas que, segundo a prefeitura, erraram no projeto da cobertura. A reforma começou nesta segunda-feira com a instalação do canteiro de obras - o estádio ficará fechado pelo menos até novembro de 2014.

A cobertura foi projetada pela Alpha Engenharia, na época em que o consórcio responsável pela construção do estádio - que consumiu R\$ 380 milhões de dinheiro público - era outro, formado por Delta, Racional e Recoma. Com o atraso da obra e depois do próprio grupo admitir que não tinha capacidade técnica para a instalação da cobertura, a Prefeitura do Rio assinou contrato emergencial com a dupla Odebrecht e OAS, o consórcio Engenhão.

Quando anunciou que o Engenhão estava interditado, em 26 de março, o prefeito Eduardo Paes chegou a dizer que o custo da nova reforma poderia cair para o poder público. Nesta segunda, o consórcio Engenhão tomou para si a conta. "Apesar de não sermos os responsáveis, tomamos a decisão para que cessem os prejuízos que estão sendo verificados", disse o representante do grupo, engenheiro Marcos Vidigal. "Fica claro que vamos tomar medidas judiciais cabíveis para sermos ressarcidos por esses custos na medida em que não somos os responsáveis".

A prefeitura, por meio do procurador-geral Fernando Dionísio, informou que deve entrar com duas ações contra os responsáveis pelo problema na cobertura: uma pelos prejuízos e outras por danos morais causados à imagem da cidade que, às vésperas dos Jogos Olímpicos, teve de interditar o estádio que vai receber o atletismo em 2016. "Ainda vamos apurar os prejuízos", disse. Dionísio afirmou que a prefeitura deu prazo de 45 dias para o outro consórcio e a Alpha apresentarem suas defesas, e então vai decidir se entra com a ação judicial.

O Botafogo também estuda se vai entrar na Justiça por conta dos prejuízos. Antes da interdição, o clube estava prestes a assinar um contrato de naming rights no valor de R\$ 25 milhões por ano.

Além do reforço da estrutura, o Engenhão precisará passar por novas obras para colocação de 15 mil cadeiras temporárias, exigência do Comitê Olímpico Internacional para os Jogos de 2016. O secretário municipal de Obras, Alexandre Pinto, não confirmou se a prefeitura vai aproveitar o período de interdição do estádio para fazer as intervenções. Disse apenas que, se elas ocorrerem depois da reabertura, não impedirão a realização de jogos.

**Mais conteúdo sobre:**

